



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2100

Proc.: 4027/2009

Rubrica

Informação nº 13/2015

PROCESSO Nº: 4.027/2009

JURISDICIONADA: Secretaria de Estado Saúde

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Decisão nº 3.007/2013. Pedido de Reexame. Análise de mérito. Provimento. Levantamento do efeito suspensivo. Prosseguimento do feito.

Senhor Diretor,

Cuida a presente instrução da análise de mérito do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (fls. 1979/1984) contra os termos do item II, b, da Decisão nº 2358/2013, conhecido por esta Corte por meio da Decisão nº 3.007/2013, *in verbis*:

“I – tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público especial, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da LC n.º 01/94, conferindo efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão nº 2358/13; II – com fundamento no art. 188, §6º, do Regimento Interno do TCDF, determinar a oitiva da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para que, no prazo de 30 (trinta) dias, ofereça as contrarrazões que entender pertinentes em face do recurso em tela;”

2. Vejamos, ainda, do que cuida o citado item II, b, da Decisão nº 2358/2013:

“II) considerar: ... b) suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea “a” da Decisão nº 94/2010”;

3. Por seu turno, necessita-se verificar o dispositivo aludido, item V, alínea “a” da Decisão nº 94/2010, consignando:

“V - determinar à SES, ainda, que apresente razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, quanto: a) à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2101

Proc.: 4027/2009

Rubrica

atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão”;

4. Por derradeiro, no que tange a esta fase processual, o Despacho Singular nº 287/2014 – CRR, fls. 2063/2064, decidiu nos seus Itens II e III:

“II - sobrestar o exame de mérito do Pedido de Reexame de fls. 1979/1984 até o cumprimento da medida proposta no item seguinte;

*III – com fundamento no art. 188, § 6º, do Regimento Interno do TCDF, facultar à Organização Social **Real Sociedade Espanhola de Beneficência** e à empresa **Intensicare Gestão em Saúde Ltda.** a apresentação, no prazo de 30 dias, de contrarrazões ao citado Pedido de Reexame, nos aspectos referentes à legalidade da subcontratação dos serviços de terapia intensiva do **Hospital Regional de Santa Maria - HRSM**.”*

5. Vejamos, então, o objeto das peças que merecem a análise de mérito nesta fase instrutiva.

I. DOS TERMOS TRATADOS NO PEDIDO DE REEXAME.

6. Vejamos os termos ofertados pelo MPjTCDF (fls. 1979/1984).

7. Depois de situar as decisões plenárias que antecederam ao conhecimento do Pedido de Reexame ora tratado, consignou:

“O Tribunal, por meio do item II.b da Decisão 2358/2013, manteve esse entendimento, considerando suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea ‘a’ da Decisão nº 94/2010.

Nesse ponto, importante lembrar os termos da Representação Conjunta 04/09-CF, juntada a fls. 640 e seguintes, e destacado no Parecer 309/2012-CF:

‘15. Consta que a OS contratada (RSEB) lançou o PE 32/09, para a contratação por 12 meses de empresa para prestação dos serviços de suporte de gestão e apoio médico às atividades de assistência de UTI nos 70 leitos de UTI do HRSM, sagrando-se vencedora a empresa Intensicare Gestão em Saúde, com quem a SES celebrou o Contrato 21/09, no valor global de R\$ 33.322.500,00 com prazo de vigência de 01 ano. Ou seja, vê-se terceirização da terceirização, apesar de a RSEB haver afirmado dispor de suficiente nível técnico de acordo com o item 3.1.1. da Cláusula 3ª do contrato de gestão. E, conquanto o ajuste tenha se efetivado em maio de 2009, o serviço de terapia intensiva só iniciou em setembro de 2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fis.: 2102

Proc.: 4027/2009

Rubrica

16. Ademais, é preciso atentar para a irregular subcontratação da Intensicare. Segundo o Corpo Técnico do TCDF, a licitude da subcontratação depende da permissão expressa do contratante, a teor do artigo 72 da Lei de Licitações. No entanto, tal não ocorreu, pois segundo a jurisprudência, na ausência de cláusula do contrato, prevendo a anuência expressa da SES para a subcontratação, aquela Secretaria poderia ficar à revelia desse fato. Isso subverte o princípio da legalidade, que se impõe aos atos administrativos. Assim, a SES não poderia ter ficado alheia ao PE 32/09, que responde por 24,3% do valor global do contrato.

17. Com efeito, a conclusão é que o item 1.1.2 do contrato em questão não amparou a subcontratação do PE 32/09, ou seja, permitia apenas a subcontratação das especialidades médicas nos moldes ali informados, desde que cumpridos os princípios da impessoalidade, dentre outros. No entanto, verifica-se que houve não apenas a subcontratação de profissionais especializados, mas a gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção dos equipamentos, atividades não contempladas na referida cláusula contratual.

18. Assim sendo, a conclusão taxativa é pela irregularidade da subcontratação levada a cabo pela RSEB.

19. De mais a mais, o Corpo Técnico também corroborou os indícios de que a empresa vencedora alterou os seus estatutos às pressas, já que a segunda alteração ocorreu em 09/03/09, incluindo justamente a prestação de serviços de atendimento hospitalar, inclusive UTI, antes inexistente no Estatuto primitivo da empresa, datado de 10/07/08. A publicação do edital do Pregão ocorreu em 17/04/09. Em decorrência disso, são manifestamente irregulares os Atestados de Qualificação Técnica apresentados pela empresa. Os citados atestados declaram que a empresa prestava tais serviços desde agosto de 2008, bem antes da alteração estatutária ocorrida. Ademais, são atestados, como já salientado pelo MPC/DF, que contêm as mesmas assinaturas (itens 167/315, Informação 200/09).

Destaca-se ainda que o MPCDF, no citado parecer, apresentou entendimento contrário ao esposado pela Unidade Técnica, ressaltando a necessidade de o Tribunal analisar a questão, a despeito de decisão judicial, veja-se:

46. Ao contrário do que foi defendido pelo Corpo Técnico, na última instrução acostada aos autos, a Decisão 94/10 foi clara no sentido de determinar as citações para apuração de responsabilidade em face da subcontratação ocorrida. Do mesmo modo, a Decisão pretérita 4285/09 precisa ser lida em sua inteireza, pois no item III determinou que a ICE analisasse, na futura informação, os fatos trazidos pelo MPC/DF na representação que aludia à questão da Intensicare. Ora, se quisesse a Corte sobrestar a análise dessa questão,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2103

Proc.: 4027/2009

Rubrica

em face de decisão judicial, o teria feito, mas não o fez. Em duas oportunidades seguidas conclamou que a fiscalização seguisse. Apenas no que toca ao provimento cautelar indeferiu-o, em razão da judicialização.

47. No entanto, o MPC/DF sugere que a **Representação Conjunta 04/09 (fls. 640/648) seja autuada em apartado, para a correta fiscalização.**

48. Como se vê, a ação judicial citada nos autos não se refere ao controle e os pagamentos a esse respeito realizados. Veja-se, ainda, o que salientou o Relatório de Auditoria do Denasus:

‘Preliminarmente, cabe ressaltar que a cláusula segunda do contrato 021/09, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare, prevê que o pagamento dos serviços prestados seja feito por leito mantido e disponibilizado, sendo contratado para isso o valor unitário diário de R\$ 1.322,32 (...) e estimado o valor global de R\$ 33.322.500,00 (...), referente aos serviços efetivamente realizados.

Porém, as faturas da empresa Intensicare, apresentadas nas prestações de contas, não especificam o período de utilização dos leitos, o quantitativo disponibilizado, a relação dos pacientes, laudos médicos e a identificação dos serviços executados.

Do mesmo modo, em todo processo não visualizamos a manifestação da Gerência Médica da UTI a respeito do total dos leitos utilizados e da prestação satisfatória dos serviços, bem como o atesto de toda execução prestada.

Na apresentação da justificativa, está apenas a relação dos médicos com os respectivos cargos e remuneração; o contrato e os correspondentes termos aditivos e, ainda, o balancete do HRSM, documentos que não são suficientes para comprovar a efetiva execução dos serviços’

49. Além do mais, o MP, no DF, foi informado que oneravam tais ajustes injustificáveis e perniciosos gastos com laudos médicos, de valores elevadíssimos. Por causa disso, o MPDFT requereu informações (Ofícios 22/12 e 67/12, **em anexo**). Consta, ainda, que, dentre as pendências constantes do processo de intervenção, está o contrato da Intensicare.

50. Apesar da resposta parcial (Memorandos 31/12 e 84/12 e Ofício 80/12 da Corregedoria da Saúde, **em anexo**), percebe-se que há severo indício de superfaturamento. Vejamos.

51. Rememore-se que a Intensicare celebrou o Contrato 21/09, quando ainda estava em vigor o Contrato de Gestão 01/09, sendo aquele em razão do **Pregão Eletrônico 32/09, em mais de R\$ 33 milhões**, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte de gestão e apoio médico às atividades



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fis.: 2104

Proc.: 4027/2009

Rubrica

de assistência da UTI especializados em Medicina Intensiva nos **70 leitos do HRSM**. A execução do contrato se deu somente a partir de 01 de setembro de 2009, quando da implantação parcial do serviço de UTI no HRSM.

52. A SES/DF informa que não houve PAD instaurado na Corregedoria a esse respeito, mas dois Processos Administrativos, um de nº 01/09 e outro de nº 08/10, ambos envolvendo a Intensicare. **Foram enviados relatórios finais dos referidos processos (em anexo), mas não foram encaminhadas as decisões, ainda não obtidas.**

53. **No Relatório Final do Processo Administrativo 01/09 aponta-se a ocorrência de prejuízos no valor de mais de R\$ 412 mil reais, tendo sido auditados apenas os meses de setembro a dezembro de 2009,** verificando-se pendências e sugerindo-se glosas. As irregularidades denotam total falta de controle, pois havia até mesmo divergências na folha de pagamento e de equipamentos. Ademais, não houve execução dos serviços de manutenção dos equipamentos médicos e predial, sugerindo-se a exclusão do custo da Intensicare e redução do valor a pagar.

54. **O Relatório Final do PA 08/10 demonstra que os valores apresentados pela empresa nas notas fiscais não guardavam fidelidade às especificações contratuais. Os achados referem-se aos meses de abril a setembro de 2010, não se especificando o que houve nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010 (após a auditoria tratada no PA anteriormente citado). Verifica-se que a SES supostamente pagou leitos disponibilizados mas não ocupados!** Ou seja, não houve redução dos custos, porque os profissionais contratados continuavam à disposição e os leitos eram mantidos pela empresa, que não aceitou as glosas, mas concordou em aceitar que os valores fossem retidos representando um montante de mais de R\$ 327 mil reais. Ademais, considerou-se que a glosa devida seria de mais de R\$ 559 mil reais.

55. O Contrato 21/09 celebrado com a Intensicare perdurou até o término do contrato de gestão com a Real Sociedade Espanhola. No referido período, a própria RSEB pagava à citada empresa, daí porque não consta qualquer empenho a seu favor.

56. Tudo isso reforça a suspeita de existência de cobrança por laudos injustificada, equipamentos e manutenções, dentre outros, os quais devem ser analisados porque tudo indica que configuraram prejuízo. Essa matéria não foi tratada na ação judicial em trâmite no Poder Judiciário, por impossível, pois se refere à execução do contrato 21/09, celebrado com a Intensicare.'



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fis.: 2105

Proc.: 4027/2009

Rubrica

Em consulta ao site do TJDF, no tocante às ações 2009.01.1.098715-4 e 2010.01.1.146185-8, verifica-se que nenhuma das duas ações irá tratar, p. ex., da questão do superfaturamento, conforme se pode ver nas decisões em anexo.

Corroborando ainda mais referido entendimento – existência de prejuízos na contratação da Intensicare – o fato de que em 2011 foram celebrados os Contratos Emergenciais 14-A/11 e 164/11, respectivamente, nos valores de R\$890,15¹ e R\$ 1.257,57² o leito. Ou seja, são valores inferiores ao que a mesma contratada – Intensicare – pactuou em 2009, R\$ 1.322,32³.

Assim, o TCDF deverá se pronunciar sobre o assunto, não cabendo o entendimento de que a matéria será definida na ação judicial em curso. Ademais, não pode o Tribunal deixar de exercer seu dever constitucional de fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros, conforme prevê o art. 1º, VII, da LC 01/94.

Importa destacar, que o MPDFT, por meio do Ofício 613/2013-PGJ/MPDFT, de 10/05/2013 (em anexo), questionou o TCDF, em especial, a respeito do contrato em questão. Vejamos:

01) Consta que a então contratada Real Sociedade Espanhola celebrou com a Intensicare o Contrato 21/2009, para prestação de serviços em 70 leitos de UTI do HRSM, no valor de R\$ 33.322.500,00. Nessas condições, pergunta-se: há processo no TCDF analisando a regularidade do ajuste e dos pagamentos ocorridos (legalidade e economicidade)? Em caso positivo, informar o número do processo e se há decisões e pareceres do MPC/DF. Em caso negativo, informar quais as providências adotadas, para que o TCDF fiscalize a vultosa soma de dinheiro público acobertada pelo referido contrato, considerando que já se passaram 04 anos;

Em resposta, o Secretário de Acompanhamento encaminhou o Memorando 075/13-SEACOMP, em 22/05/2013, registrando que:

*1) No que diz respeito ao Contrato nº 021/2009 – celebrado entre a Real Sociedade Espanhola e a Empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., para prestação de serviços de UTI no Hospital Regional de Santa Maria -, esse **está sendo tratado no Processo nº 4027/2009**, estando em fase de análise por parte do Relator dos autos, Conselheiro Manoel de Andrade. Nos autos em questão, constam os Pareceres nºs 783/2010-GPCF e 309/2012-GPCF e foram exaradas as Decisões nºs 665, 762, 2.469, 2.535 e 4.285, todas de 2009 e, ainda, a Decisão Reservada nº 94/2010;*

¹ Cláusula Quinta do Contrato.

² R\$ 27.389.984,16 (valor do contrato) dividido por 180 dias (prazo do contrato) novamente dividido por 121 (número de leitos) chega-se ao valor de R\$ 1.257,57 leito/dia.

³ Cláusula Segunda Do Contrato 21/09-HRSM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fis.: 2106

Proc.: 4027/2009

Rubrica

Como se vê, a Unidade Técnica informa que o Contrato 021/2009 estaria sendo analisado no processo 4027/2009, onde havia sugestão do próprio Corpo Técnico no sentido de não examinar a legalidade, tampouco a economicidade do referido contrato em razão da judicialização da matéria. É importante destacar ao o MPDFT questionou acerca da existência de processo no TCDF analisando a regularidade do ajuste e **dos pagamentos ocorridos (legalidade e economicidade)**. A informação de que os autos de nº 4027/2009 estaria tratando da questão não é procedente, portanto. Não há, até o momento, nenhuma informação, documento ou exame sequer acerca da regularidade, e, muito menos, da economicidade dos pagamentos à Intensicare.

Ressalta-se que o processo 29744/2011, que trata dos Contratos 14-A/2011 e 164/2011, bem como da execução de serviços sem cobertura contratual, também segue sem análise da regularidade e economicidade dos pagamentos à referida empresa Intensicare, conforme Parecer 580/2013-CF, recentemente acostado àqueles autos.

Dessa forma, entende-se que **encontra-se presente a materialidade da fiscalização da legalidade do Contrato 21/2009 e da regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare, que deve ser desenvolvida pelo TCDF, em autos próprios, e que em nada se confunde com a matéria judicializada.**

Ressalte-se, por fim, que, enquanto não se fiscaliza a questão em relevo, o TCDF acabou por perseguir a questão da cota patronal, objeto do Ofício 159/2012-CF, encaminhado ao Relator em 12/09/2012, e ainda não juntado ao processo 4027/2009, com o seguinte teor:

O MPC/DF recebeu a inicial em anexo, na qual é discutido se, de fato, a contratada, OS (RSEB), fez o correto trespasse da cota patronal ao INSS, como, aliás, foi o entendimento do MPC/DF preconizado no Parecer 309/12-CF (Processo 4027/09).

Nessas condições, considerando que o melhor caminho é mesmo aguardar-se a oferta da referida prestação de contas, o Parquet solicita que a Corte sobreste a análise apenas desse ponto, até deslinde da questão judicial.

III – DO PEDIDO

Pelo que se expõe, o MPCDF requer o processamento do presente recurso, com o efeito legal do artigo 189 do RITCDF, e alteração do item II.b da Decisão 2358/2013, no sentido de se determinar à autuação de autos próprios para fiscalização da legalidade do Contrato 21/2009 e da regularidade e economicidade dos pagamentos efetuados à empresa Intensicare, para onde deve ser trasladada a Representação 04/2009-CF”.



II. MANIFESTAÇÃO DA SES

a. Termos.

8. Vejamos os termos ofertados pela SES (fls. 2016/2040):

“1. Em preliminar, cumpre esclarecer que, após a emissão do Relatório Técnico nº 042/2013, realizado pela Diretoria de Fiscalização, Licitações, Contratos e Convênios da Corregedoria da Saúde – DFLCC/COR/COR/SES, foi verificado que a licitude da subcontratação depende de permissão expressa do contratante, conforme regulamentado no art. 72 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. Dessa forma, ressalta-se que não existia, à época, relação jurídica entre esta Secretaria de Saúde, a qual era contratante, e a empresa INTENSICARE, então figurando como subcontratada. Em verdade, existiam duas relações jurídico-contratuais: uma entre o contratante (SES/DF) e a contratada primária (RSEB) e outra entre esta e a subcontratada (INTENSICARE).

3. Logo, esta Pasta não transferiu ao subcontratado (INTENSICARE) parte da responsabilidade pela execução do objeto contratual, o qual continuou sendo, em sua totalidade, responsabilidade da contratada (RSEB).

4. Ademais, observa-se que, caso houvesse o total afastamento do contratante em relação à escolha do subcontratado, sob a alegação de que não existia entre eles relação jurídico-contratual, tal fato poderia trazer sérios prejuízos à boa execução do contrato principal.

5. Noutro giro, foi verificado que à época da vigência do Contrato de Gestão nº 001/2009, não houve repasse de recursos financeiros de forma específica, ou seja, por Programa de Trabalho – Serviço Assistencial Complementar em Saúde/UTI, mas, tão-somente, a transferência do valor total contratado para a conta-corrente da OSRSEB, ficando essa responsável pela administração dos recursos repassados, de maneira que pudesse gerir os serviços de saúde a serem prestados no Hospital Regional de Santa Maria.

6. Não obstante, em que pese a equipe de auditoria da DFLCC/COR/SES não ter identificado documentação contendo anuência quanto à subcontratação da prestação de serviços de suporte e apoio médico às atividades de assistência da UTI, foram realizadas auditorias com o objetivo de avaliar a execução do Contrato de Gestão nº 01/09 e seus respectivos termos aditivos, no tocante às atividades de gestão do Hospital Regional de Santa Maria pela OSRSEB, incluindo o Contrato nº 021/2009 - celebrado entre a Organização Social REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e a empresa INTENSICARE GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE LTDA., das quais foram produzidos os relatórios seguintes, em síntese:

(1) Relatório de Auditoria nº 9572/MS/SGEP/DENASUS — Teve sua abrangência no período de janeiro de 2009 a julho de 2010, tendo concluído, em um dos pontos, que dos documentos das prestações de contas apresentados pela OSRSEB foram verificados desembolsos em que na documentação dos gastos realizados não foram efetivamente identificados, a regular



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fis.: 2108

Proc.: 4027/2009

Rubrica

aplicação dos recursos do Contrato de Gestão nº 01/09, cabendo a SES/DF adotar medidas pertinentes no sentido de determinar a OSRSEB o ressarcimento do montante apurado devidamente corrigido aos cofres do Tesouro do DF.

*O citado relatório na constatação nº 116127 apontou o valor de **R\$ 4.291.473,51 (quatro milhões, duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos)**, relativo ao pagamento à empresa Intensicare, pelos serviços prestados, no período de **março a maio/2010**, período este correspondente à vigência do Contrato nº 021/09.*

(2) Relatório de Auditoria nº 39/SES-DF – Teve sua abrangência no período de 20/12/2010 a 12/01/2011.

*O citado relatório, na constatação nº 131263, apontou o valor de **R\$ 5.516.963,23 (cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos)**, relativo ao pagamento à empresa Intensicare, acerca dos serviços prestados no período de **setembro a novembro/2010**.*

7. No que tange à Constatação nº 116127 do Relatório de Auditoria nº 9572/MS/SGEP/DENASUS, em que pese esta Secretaria não ter participado do procedimento inerente ao Pregão Eletrônico nº 32/2009 – HRSM, foram identificados pagamentos efetuados pela REAL SOCIEDADE à empresa INTENSICARE, conforme quadro demonstrativo abaixo:

DATA	NF	VALOR (R\$)	OBSERVAÇÃO
31/05/2010	Nota Fiscal 007	1.669.599,21	Prestação de serviço de UTI no mês de Março/10
15/07/2010	Nota Fiscal 008	984.487,37	Prestação de serviço de UTI no mês de Abril/10
18/08/2010	Nota Fiscal 010	1.637.386,93	Prestação de serviço de UTI no mês de Maio/10
	VALOR TOTAL	4.291.473,51	

8. Com relação à Constatação nº 116127 do Relatório de Auditoria nº 9572/MS/SGEP/DENASUS, foram identificados os pagamentos efetuados pela REAL SOCIEDADE à empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA., referente ao período de setembro a novembro de 2010, conforme quadro demonstrativo abaixo:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2109

Proc.: 4027/2009

Rubrica

DATA	NF	VALOR (R\$)	OBSERVAÇÃO
21/12/2010	Nota Fiscal 014	1.660.457,29	Prestação de serviço de UTI no mês de setembro/10
23/12/2010	Nota Fiscal 015	2.656.505,94	Prestação de serviço de UTI no mês de outubro/10
03/01/2010	Nota Fiscal 017	1.389.693,11	Prestação de serviço de UTI no mês de novembro/10
	VALOR TOTAL	5.516.963,23	

9. Ressalte-se ainda que, da leitura do **Contrato nº 021/20009**, firmado entre a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA** e a **EMPRESA INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA.**, não há como identificar se o custo do ajuste incluía o número de profissionais e outros elementos, conforme preconiza a RDC/ANVISA nº 07/2010, somente se evidenciando o valor unitário de R\$ 1.322,32 (hum mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e dois centavos), referente à diária por leito de UTI.

10. Assim, diante da ausência de documentos relativos ao referido Contrato de Gestão, e.g., Projeto Básico, Edital e Proposta contendo planilhas de composição de custos apresentada pela empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA., restou prejudicada a análise de conformidade com a legislação vigente referente à homologação e adjudicação do Pregão Eletrônico nº 32/2009, quanto aos procedimentos adotados pela REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA.

11. Consigne-se que, conforme os documentos constitutivos do Processo nº 060.002.536/2010, o Senhor Secretário-Adjunto de Saúde, à época, determinou glosa referente ao pagamento do mês de junho de 2010, no valor de R\$ 2.669.599,21 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos), em desfavor da RSEB, referente ao repasse à INTENSICARE, tudo em cumprimento à Decisão Interlocutória proferida em sede da Ação Civil Pública nº 2009.01.1.099.715-4.

12. Todavia, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 10 de agosto de 2010, reconsiderou a decisão supracitada, permitindo a manutenção do contrato firmado entre a REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e a empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA., determinando o restabelecimento dos repasses regulares.

13. Diante disso, foi emitida a Ordem Bancária nº 20100B36876, no valor supracitado, em favor da REAL SOCIEDADE, a fim de dar cumprimento à referida decisão.

14. Posto isso, após a análise do histórico da celebração do Contrato de Gestão nº 01/2009, observa-se que a demora das autoridades gestoras da SES/DF, a época, para implementar e/ou implantar condições – rotinas administrativas – de acompanhamento e controle



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2110

Proc.: 4027/2009

Rubrica

adequados resultou nas inconformidades ora explanadas.

15. *Por último, informamos que, a fim de atender às inconformidades apontadas nos Relatórios de Auditorias nº 9572 - MS/SGEP/DENASUS e nº 39 - SES/DF, foram instaurados Processos Administrativos Disciplinares, conforme consta do Relatório Técnico nº 042/2013 – DFLCC/COR/SES, anexo 1.*

16. *Ainda nesse sentido, os relatórios supracitados e demais documentos correlatos foram juntados ao Processo nº 060.015.467/2011 e encaminhado ao TCDF, no sentido de, caso assim entendesse, instaurar Tomada de Contas Especial em face dos agentes responsáveis, a fim de apurar possível prejuízo ao erário”.*

b. Análise de Mérito

9. Preliminarmente, vejamos aspecto de cunho processual-formal.

10. Resgatemos, pois, a análise das razões de justificativa consignadas na Informação nº 67/2011, fls. 127/148, especificamente quanto ao tema relacionado ao contido no Item V, alínea “a”, da Decisão nº 94/2010:

“22. Discorremos a seguir sobre o atendimento pela Secretaria de Saúde das determinações constantes das alíneas do item V da Decisão nº 94/2010, **in verbis**:

a) *à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009- HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão;*

23. Segundo a jurisdicionada, a regularização da subcontratação da empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda. pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência está na dependência do que vier a ser decidido pelo Poder Judiciário nos autos de nº 2009.01.1.1.098715-4 (Obrigação de Fazer, fls. 1606/1608 e 1618/1623, e Obrigação de Fazer nº 2010.01.1.146185-8, fls. 1767/1768).

24. A justificativa apresentada pela jurisdicionada mostra-se pertinente, pois no referido *mandamus* foi taxativamente admitida “... a manutenção do contrato firmado pela REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e a empresa INTENSICARE GESTÃO GESTÃO EM SAÚDE, com restabelecimento dos repasses regulares, pelo menos até o enfrentamento do mérito da demanda, sem prejuízo do reexame desta decisão” (fl. 1619, in fine).

25. Não obstante, cabe o registro de que houve a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, do dia 10/11/10, do Decreto nº 32.430 dispondo sobre a intervenção total na administração do Hospital Regional de Santa Maria, com a designação de interventor e dando outras providências (fl. 1735), o que afasta o gerenciamento então realizado pela RSEB e atende, por via transversa, a determinação plenária em comento.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2111

Proc.: 4027/2009

Rubrica

11. É importante notar que a insurgência do MPjTCDF não se restringiu às razões de justificativa pelas quais o Pedido de Reexame foi conhecido por esta Corte, em alusão aos termos contidos na Decisão nº 3.007/2013.

12. Nesse sentido, vejamos que a cadeia das decisões plenárias que antecederam a esta fase processual possui a seguinte configuração processual e cronológica:

1 - item V, alínea “a” da Decisão nº 94/2010: apresentação de razões de justificativa, quanto à legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão;

2 - item II, b, da Decisão nº 2358/2013: considerou suficientes as informações prestadas pela Secretaria de Saúde em atendimento ao item V, alínea “a” da Decisão nº 94/2010;

3 - Decisão nº 3.007/2013: tomou conhecimento do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público, nos termos dos arts. 33, 34 e 47 da LC n.º 01/94, conferindo efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão nº 2358/13.

13. Tal recurso deveria oferecer matéria exclusivamente relativa ao que se abordou no assunto concernente às razões de justificativa, em contestação ao que trouxe o *decisum*.

14. Mas vejamos o conteúdo que se aproxima do exercício do contraditório, relacionado à tese consignada nas razões de justificativa:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2112

Proc.: 4027/2009

Rubrica

“Judicialização do tema concernente ao tratado pelo TJDF - ações 2009.01.1.098715-4 e 2010.01.1.146185-8, porque não irão tratar da questão do superfaturamento, não cabendo o entendimento de que a matéria será definida na ação judicial em curso”.

15. O *Parquet* alega que os autos destacados não tratarão do superfaturamento.

16. Se o que ressalta está ligado à matéria concernente ao superfaturamento, devemos considerar o seguinte aspecto sobre a definição.

17. Em busca de respaldo terminológico, vejamos o que considera o TCU a respeito⁴, em cotejo com outra definição relativa ao sobrepreço.

“O sobrepreço ocorre quando uma cotação de um bem ou serviço é superior ao valor praticado pelo mercado. Já o Superfaturamento se verifica após a regular liquidação da despesa, ou seja, depois da aquisição, faturamento e pagamento de um bem ou serviço. (Tribunal de Contas da União, Acórdão 316/2006, Relator: Ubiratan Aguiar, Órgão Julgador: Plenário, Sessão 15/03/2006)”

18. Com amparo nessa definição, cremos que o que busca o *Parquet* está inerente à execução do ajuste que ora estamos tratando.

19. A mesma Informação nº 67/2011, fls. 127/148, consignou, em duas oportunidades, o seguinte registro:

“41. Não obstante a constatação retro, deixaremos de propor qualquer medida a respeito, tendo em conta as conclusões constantes dos §§ 23/25 desta informação, no sentido de que a análise sobre a legalidade da contratação da empresa INTENSICARE passou para a esfera judicial, fato que não impede o prosseguimento da análise que está sendo feito no Processo nº 39440/09, quanto à execução do citado ajuste”.

“49. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que, ao tomar conhecimento desta informação:

(...)

IV - considere procedentes as justificativas apresentadas pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência em atenção ao item VI, alínea “b”, da Decisão nº 94/2010, conclusão que não

⁴ <http://pergunte.investidura.com.br/2010/10/20/o-que-e-sobrepreco-o-que-e-superfaturamento/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2113

Proc.: 4027/2009

Rubrica

afasta o exame detalhado da execução do Contrato de Gestão nº 001/2009, matéria objeto do Processo nº 39440/09;"

20. Cabe assentar que os mencionados parágrafos 23/25 estão colacionados na parte introdutória de nossa análise de mérito.

21. Então, desses registros, podemos verificar que a questão da execução contratual foi cautelarmente apartada para o Processo nº 39.440/09, tema que permeou a colocação do MPJTCDF, no sentido de arguir a necessidade de se abrirem autos autônomos para esse fim perseguido.

22. Em assim sendo, poderíamos discordar dessa necessidade, mesmo porque não é tema que vincula o Pedido de Reexame interposto, diante do que se tem consignado para as razões de justificativa que se analisaram quando da instrução prestada para esse fim.

23. O outro assentamento do *Parquet* mencionou:

"(...) existência de prejuízos na contratação da Intensicare – o fato de que em 2011 foram celebrados os Contratos Emergenciais 14-A/11 e 164/11, respectivamente, nos valores de R\$890,15⁵ e R\$ 1.257,57⁶ o leito. Ou seja, são valores inferiores ao que a mesma contratada – Intensicare – pactuou em 2009, R\$ 1.322,32⁷;"

24. Outrossim, é matéria que perfila tema relativo à execução contratual, de mesma consideração válida para o que se consignou anteriormente.

25. Nessa linha, vejamos documentação de fls. 2041/2052.

26. Trata-se do Acórdão nº 2612/2013 – TCU –Plenário. Vejamos as informações mais importantes consignadas, que guardam pertinência com a matéria tratada:

⁵ Cláusula Quinta do Contrato.

⁶ R\$ 27.389.984,16 (valor do contrato) dividido por 180 dias (prazo do contrato) novamente dividido por 121 (número de leitos) chega-se ao valor de R\$ 1.257,57 leito/dia.

⁷ Cláusula Segunda Do Contrato 21/09-HRSM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2114

Proc.: 4027/2009

Rubrica

ACÓRDÃO Nº 2612/2013 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 026.482/2012-6.
2. Grupo 1–Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante/Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Representante: Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
 - 3.2. Interessados: Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Fundo Nacional de Saúde; e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em face de supostas irregularidades na contratação de serviços de suporte de gestão e apoio às atividades de assistência de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em leitos do Hospital Regional de Santa Maria do Distrito Federal (HRSM/DF).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, **conhecer da representação, no que tange à alegação de indícios de sobrepreço na contratação de serviços custeados com recursos federais, para, no mérito, considerá-la improcedente;**

9.2 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam: 9.2.1 à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do MPDFT;

9.2.2 ao Procurador do MPTCU Marinus Eduardo De Vries Marsico;

9.2.3 à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde;

9.2.4 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

9.2.5 ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (em referência à Representação 4.027/2009);

9.2.6 à empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda.

9.3 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2612-37/13-P.

(...)

27. Notemos, pois, que aquela Corte Federal de Contas esgotou o tema relativo aos indícios de sobrepreço para o assunto em questão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2115

Proc.: 4027/2009

Rubrica

28. Esse fato poderia corroborar a tese que ao final iremos proferir entendimento.
29. Quanto às informações prestadas pela SES, consideramos que não aduziram entendimento diverso aos já esposados para esta fase processual.
30. De todo o exposto, poderíamos considerar improcedentes os argumentos ofertados para o Pedido de Reexame interposto pelo MPjTCDF nesta oportunidade.
31. Em reforço à possível tese da improcedência acima consignada, devemos informar que os prejuízos decorrentes da execução do contrato estão sendo tratados no Processo 39.440/2009.
32. Na última instrução propusemos, inclusive, a instauração de TCE, o que tornaria desnecessária o prosseguimento da questão tratada nestes autos.
33. A respeito do citado Acórdão do TCU, devemos perceber que outras fiscalizações realizadas pelo DENASus apontaram prejuízos.
34. Outro ponto não menos importante que merece ser mencionado, diz respeito ao fato de que a decisão atacada pelo MP trata não apenas da legalidade da subcontratação, ou seja, aborda questões ligadas à execução do ajuste, que não podem ser objeto do recurso.
35. Para melhor apaziguamento da matéria, vejamos a atual situação dos processos judiciais mencionados no § 9 desta instrução.
36. Nesse sentido, vejamos que o MPjTCDF noticiou, conforme fls. 2084/2099, que o Poder Judiciário proferiu sentença a respeito da ação judicial esboçada neste tópico.
37. Preliminarmente, o juízo competente, nos autos do Processo nº 2009.01.1.048713-4, julgou em conjunto as ações dos Processos nº 2009.01.1.1.098715-4 e nº 2010.01.1.146185-8, em razão da conexão que as unia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2116

Proc.: 4027/2009

Rubrica

38. A sentença prolatada declarou a nulidade do Contrato de Gestão nº 01, de 21/01/2009, firmado entre o DF e a Real Sociedade Espanhola de Beneficência.

39. Especificamente, para os autos de nº 2009.01.1.1.098715-4, o extrato da conclusão da sentença prolatada pelo Juízo da Oitava Vara de Fazenda Pública/TJDFT não deixa dúvida quanto ao encaminhamento dado ao caso:

“(…)

Ante o exposto e pelo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a nulidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009, do tipo 'menor preço global' realizado pela Organização Social REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA. Por conseguinte, declaro a nulidade do contrato firmado, em 25/05/2009, entre a referida Organização Social e a licitante vencedora INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA.

Declaro resolvido o mérito da demanda com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Por consequência, condeno as rés REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA e INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA ao pagamento, pro rata, de metade das custas e demais despesas processuais, pois em relação à metade que caberia ao Distrito Federal incide isenção legal.

Sem honorários, vez que incabíveis na espécie.

Sentença sujeita à remessa necessária (reflexo patrimonial superior a 60 salários mínimos, conforme inciso I do art. 475 do CPC) e registrada eletronicamente nesta data.

Publique-se. Intimem-se por publicação no DJE.

Transitada em julgado esta sentença e após recolhimento das custas finais, arquivem-se os autos com baixa no Serviço de Distribuição.

Brasília - DF, terça-feira, 13 de agosto de 2013 às 16:36:46.

ANA LUIZA MORATO

Juíza de Direito Substituta”

40. A título ilustrativo, já para os de nº 2010.01.1.146185-8, devemos consignar que esses autos têm a seguinte posição:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2117

Proc.: 4027/2009

Rubrica

“(...)

Forte nessas razões e pelo que dos autos constam, invocando ainda as razões apresentadas quando do julgamento das Ações Cíveis Públicas de n.ºs 2009.01.1.048713-4 e 2009.01.1.098715-4, pois conexas a esta, JULGO PROCEDENTE o pedido, em parte, e confirmo a medida concedida a título de antecipação dos efeitos da tutela, para DETERMINAR que:

a) a Real Sociedade Espanhola, mediante regime de contrato temporário e, em caráter excepcional, se abstenha de interromper a prestação de qualquer serviço médico em Santa Maria sob a escusa de atraso nos pagamentos, inclusive, nesse ponto, quanto à pendências oriundas do primitivo contrato (Contrato de Gestão);

b) INTENSICARE, mediante regime de contrato temporário e, em caráter excepcional, a, se abstenha de retirar ou transferir seus equipamentos e pessoal, indispensáveis à manutenção dos serviços de UTI prestados no Hospital de Santa Maria, podendo os eventuais equipamentos e seus empregados serem utilizados pela Real Sociedade Espanhola ou diretamente pelo Distrito Federal, até que este último tenha condições de realizar procedimento seletivo e licitação para a efetiva retomada do hospital em referência.

(...)

Transitada em julgado esta sentença e após recolhimento das custas finais, arquivem-se os autos com baixa no Serviço de Distribuição.

Brasília - DF, terça-feira, 13 de agosto de 2013 às 16:37:42.

ANA LUIZA MORATO

Juíza de Direito Substituta”

41. Aduza-se que o Processo GDF 060.015.467/2011, mencionado pelo MPJTCDF, à fl. 2063, foi juntado aos autos de nº 39.440/2009, o que evidencia, mais uma vez, que as questões ligadas à execução não deveriam ser objeto do presente feito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2118

Proc.: 4027/2009

Rubrica

42. Mas diante da judicialização que está prestes a alcançar seu deslinde, vejamos, pois, que há sinais evidentes do encaminhamento para se decretar a ilegalidade do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM.

43. Portanto, em que pese entendermos que o Pedido de Reexame do MPJTCD/DF abarca pleito que sobressai aos termos contidos no item II, alínea “b”, da Decisão nº 2.358/2013, as ações referenciadas postam-se no sentido de considerar a ilegalidade do que é discutido nesta fase processual, objeto do Pedido de Reexame.

44. Pela relevância desse encaminhamento e em nome da economia processual, a procedência do pedido deve prevalecer, pois que, de posse dos termos contidos no Item V, alínea “a”, não devemos olvidar que estamos tratando dos seguintes fundamentos:

“legalidade no procedimento levado a cabo pela RSEB, objeto do Pregão Eletrônico nº 32/2009, que culminou com o Contrato nº 021/2009-HRSM, celebrado entre a RSEB e a empresa Intensicare Gestão em Saúde Ltda., haja vista que a subcontratação da atividade de gestão dos serviços de terapia intensiva, inclusive a manutenção de equipamentos, não está contemplada no Contrato de Gestão.”

45. Assim, somos pelo provimento do Pedido de Reexame contido nesta fase processual, levantando o efeito suspensivo aos termos do item II, “b”, da Decisão nº 2358/13.

III. DA MANIFESTAÇÃO DA REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA (fls. 2076/2082).

a. Termos.

46. A tese da interessada acima nominada fundamentou-se no pressuposto de que os meandros concernentes ao Contrato nº 21/2009:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2119

Proc.: 4027/2009

Rubrica

“... já se encontram amplamente jurisdicionalizados por meio das ações próprias protagonizadas pelo GDF, pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, pela RSEB e pela Intensicare perante o Poder Judiciário’.”

47. Nessa esteira, consignou:

“A jurisdicionalização dos mencionados questionamentos resta evidenciada no teor dos processos 2009.01.1.098715-4 e 2010.01.1.146185-8, referidos à manifestação, aos quais se somam os questionamentos em âmbito judicial formulados na Ação Civil Pública 2009.01.1.048713-4, processos estes que foram julgados em conjunto com razão da estreita conexão entre as controvérsias de legalidade e constitucionalidade pertinentes ao próprio contrato de gestão e a contratação e execução dos serviços disponibilizados pela empresa Intensicare, sobretudo no que tange a forma de prestação e transição dos serviços no bojo do processo de intervenção da unidade de saúde.

Os detalhes dos referidos processos judiciais pertinentes para o deslinde do presente procedimento são públicos e, portanto, de conhecimento desse Tribunal de Contas, já tendo sido corretamente invocado o princípio da prevalência das decisões judiciais pela câmara técnica para fins de considerar suficientes as explicações apresentadas, conteúdo decisório que fora acertadamente mantido no item II, "b" da decisão 2358/2013, não se devendo acolher o presente pedido de reexame.

*Entre outros aspectos, abordam-se em profundidade nas ações as questões relativas à legalidade e regularidade da execução tanto do contrato de gestão entre a RSEB e GDF, quanto, de forma intrínseca, as questões pertinentes ao contrato n° 21/2009, encontrando-se a decisão judicial conjunta, no presente **momento, pendente de julgamento dos recursos de apelação da RSEB e da empresa Intensicare e do reexame necessário**, interpostos e operados respectivamente nos autos de cada um dos processos 2009.01.1.048713-4, 2009.01.1.098715-4, e 20 10.01 .1.141 85, sentenciados conjuntamente.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fis.: 2120

Proc.: 4027/2009

Rubrica

Outrossim, o MPTCDFT, ao novamente enumerar os seus argumentos no que tange aos itens III, IV, e V da decisão que pretende reexaminar, apenas insiste nas questões litigiosas apresentadas e amplamente debatidas no âmbito da Ação Civil Pública e nas demandas conexas pendentes de recurso, sendo, por outro lado, manifestamente improcedentes as alegações tendentes a imputar à RSEB a prática de prejuízos ao erário em razão da execução do contrato nº 21/2009 mantido pela empresa Intensicare, tendo a RSEB apresentado em sua contestação competente contraposição às ilações de qualquer suposto superfaturamento ou fraude.

Diferentemente do quanto afirmado ao pedido de reexame, abordou-se no âmbito dos processos judiciais supramencionados inclusive os ora reiterados questionamentos quanto aos custos pertinentes à manutenção de equipamentos médicos, folha de pagamentos e outros insumos referentes aos leitos de UTI do HRSM, matéria jurisdicionalizada no bojo das ações nas quais são parte o Distrito Federal, a RSEB e a Intensicare, nas quais se apontou, sobretudo, que os leitos de UTI do HRSM, durante a gestão da RSEB, eram os mais modernos, mais baratos, melhor equipados e em maior número do que qualquer outro hospital público do DF, tendo o serviço de UTI tornado-se, inclusive, modelo até para os hospitais particulares.

Como já defendido em âmbito judicial, não caberia falar-se em divergências entre a execução e as especificações contratuais do contrato de gestão e do contrato 21/2009, pois as ditas especificações incluiriam também a prestação de um serviço de medicina intensiva, conjugando recursos humanos e materiais nos quais estão inseridos todos os impostos, taxas, seguros, encargos sociais, back-up de equipamentos, salários e produtividade médica, o que é matéria controvertida em juízo e pendente de julgamento definitivo, não se tendo demonstrado por outro lado, em absoluto, quaisquer indícios de superfaturamento ou conduta ímproba por parte da RSEB”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2121

Proc.: 4027/2009

Rubrica

b. Análise de Mérito.

48. Vejamos que o posicionamento evidenciado pelo interessado apontou para a judicialização da matéria, já comentada, estando o restante de seus argumentos orbitando em torno dessa premissa.

49. A propósito, como dito no tópico anterior, posicionamento hodierno contido na documentação encaminhada pelo Parquet, vista às fls. 2084/2099, noticiou que o Poder Judiciário proferiu sentença a respeito do que apresentou a interessada.

50. Essa documentação resumia-se no aguardo do trânsito em julgado, conforme linha acima informado.

51. Dessa forma, naquela conjuntura, não possuía, de qualquer modo, o condão de desfazer ou não o que alegara o *Parquet* porque traduzia pendência a ser solucionada pelo juízo de competência próprio, o que acabou resultando na apenação dela própria entre outros não tratados nestes autos, mas não se constitui presente o trânsito em julgado da matéria.

52. Portanto, tais esclarecimentos somente nos permitem concluir que se cumpriu faculdade oportunizada pelo Despacho Singular nº 287/2014 - CRR, não solvendo a matéria, não agregando qualquer posicionamento capaz de desfazer ou referendar o pedido do *Parquet* porque ainda pende a ação que se processa no âmbito do Poder Judiciário.

IV. CONCLUSÃO.

53. Do Pedido de Reexame oportunizado nesta fase processual, podemos concluir que o mesmo qualifica-se como procedente diante da análise de mérito contida no tópico próprio.

54. Resulta disso que a justificante, Secretaria de Estado de Saúde, não pode ser destinatária das consequências advindas porque diversa de pessoa natural.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fls.: 2122

Proc.: 4027/2009

Rubrica

55. Mas da leitura das peças judiciais trazidas neste feito, vê-se que os réus estão perfilados dentre aqueles que devem alçar a condição das penalidades advindas quando do trânsito em julgado que se avizinha, dispensando outras medidas desta Corte excepcionalmente.

56. Fundamental notar que estamos tratando de matéria que compõe a Prestação de Contas da Real Sociedade Espanhola de Beneficência porque geriu recursos públicos do erário Distrital.

57. Por esse motivo, a matéria em questão, deve ser sopesada no exame da prestação de contas anual da entidade, objeto do Processo 16.192/2010.

V. SUGESTÕES.

58. Ante o exposto, sugere-se a este eg. Tribunal:

- I) tomar conhecimento da presente instrução, bem como dos documentos acostados que se prestaram para o fim almejado;
- II) levantar o sobrestamento determinado pelo Despacho Singular nº 287/2014-CRR;
- III) dar provimento ao Pedido de Reexame conhecido pelo Item I da Decisão nº 3.007/2013;
- IV) consequente das medidas anteriores, dar ciência da decisão à Secretaria de Contas em virtude do que consta no Processo 16.192/2010;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª Divisão

e-DOC 4969ACBB

Proc 4027/2009

Fis.: 2123

Proc.: 4027/2009

Rubrica

V) autorizar, nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF nº 183/2007:

- a) a ciência do recorrente quanto ao teor da decisão a ser proferida; e
- b) o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.

À consideração superior.

Brasília (DF), 30 de janeiro de 2015.

José Tadeu Rodrigues Pereira
ACE – matrícula 308-5

DIGITALIZADO